



A EMERGÊNCIA DA PERSPECTIVA DA PRIMEIRA PESSOA¹



Cláudia Passos-Ferreira²

Resumo:

Uma definição científica da autoconsciência e da perspectiva da primeira pessoa é um desafio para o projeto naturalista da mente. Explicar como temos consciência de nós mesmos a partir do nosso próprio ponto de vista parece resistir a explicações reducionistas da consciência. Filósofos naturalistas (como Dennett e Dretske) têm buscado explicar a autoconsciência como uma capacidade que emerge na ontogênese. Nesse artigo, analiso como a perspectiva da primeira pessoa emerge durante o desenvolvimento ontogenético a partir da aquisição da capacidade de meta-representar e conceitualizar. Ao longo do desenvolvimento, emergem processos cognitivos que culminam na aquisição da perspectiva da primeira pessoa, ou seja, da capacidade de referir-se a si próprio em primeira pessoa. Os bebês humanos nascem conscientes e se tornam autoconscientes.

Palavras-chave:

Consciência; autoconsciência; perspectiva de primeira pessoa.

1. O que é se sentir como nós

No episódio da série *Star Trek: The Next Generation* “The Measure of the Man”, o Tenente Comandante Data, um androide, é julgado por seu estatuto de ser ou não uma

¹ Este artigo é retirado da minha tese de doutorado *Origens da Interioridade: Autoconhecimento e Externalismo* (Passos-Ferreira, 2006) e reflete minhas ideias sobre esse tema naquele período. A tese analisa os obstáculos que uma abordagem externalista do mental pode trazer ao problema do autoconhecimento, ou seja, como compatibilizar a ideia de que os conteúdos mentais são parcialmente determinados pelo ambiente externo com a noção de que temos conhecimento privilegiado de nossos estados mentais e não nos equivocamos na atribuição de estados ao eu. Agradeço a Roberto Sá Pereira, Jurandir Freire Costa, Octavio Serpa e David Chalmers pelos comentários em versões prévias do artigo.

² Claudia Passos-Ferreira. New York, USA. e-mail: claudiapassos@nyu.edu

pessoa consciente. Data é uma forma de vida artificial, projetada para assemelhar-se a um humano. Ele é possuidor de um cérebro composto de positrônios que funciona como um computador central e exibe uma forma de consciência reconhecida por humanos. O cientista Capitão Maddox quer desmontar Data para aprender como o androide funciona. Mas o Capitão Jean-Luc Picard defende Data contra a ameaça de ser desmontado, argumentando que Data é um ser senciente com direitos.

A questão central desse episódio é o direito que teriam os humanos que projetaram Data, seus criadores, de intervir sobre sua “vida artificial” e, conseqüentemente, de destruí-lo. A defesa em favor de desmontar Data se baseia no argumento de que ele não é uma pessoa com direitos, mas sim uma máquina de propriedade da União da Federação dos Planetas. Em defesa de Data, Capitão Picard alega que ele preenche todos os critérios dos seres conscientes, como a capacidade de sentir, perceber e agir intencionalmente, e que, como tal, teria o direito à liberdade e à autodeterminação concedidos às pessoas. Picard alega que todos os seres são “criados”, mas que isso não os torna possessão de seus criadores. Data, portanto, teria o direito de tomar suas próprias decisões sobre sua vida.

Esse exercício ficcional traz à baila a questão sobre os critérios para a definição do que é a personalidade. Em *Conditions of Personhood* (1981a), Daniel Dennett interroga nosso senso comum sobre o que é ser uma pessoa. Ele afirma que eu e você, leitor, certamente somos pessoas, mas não há garantias de que somos feitos da mesma composição biológica. Portanto, se o fato de pertencermos à espécie humana, se nossa condição biológica não é uma condição necessária nem suficiente para caracterizar a pessoa, quais seriam, então, os critérios necessários? Dennett apresenta seis condições necessárias para a personalidade: ser racional; ser um ser a quem se atribui estados psicológicos e predicados intencionais; ser objeto das atitudes de pessoa (*personal stance*), ou seja, ser tratado como pessoa; ser capaz de tratar reciprocamente os outros como pessoas; ser capaz de comunicação; exibir um tipo especial de consciência, a autoconsciência.

As três primeiras condições – racionalidade, intencionalidade e adoção de atitudes de pessoa – são condições necessárias, mas não suficientes para ser uma pessoa. Os seres que exibem essas três primeiras condições são *sistemas intencionais*³ que se caracterizam por apresentar comportamentos que podem ser explicados e previstos por meio de atribuições

3 O sistema intencional é toda entidade cujo comportamento é previsível e explicável pela *atitude intencional*, ou seja, pela imputação ao sistema da posse de certas informações e pela suposição de que é um agente cujas ações são guiadas por certos objetivos. Como afirma Dennett, “A atitude intencional é a estratégia de interpretar o comportamento de uma entidade (pessoa, animal, artefato, seja lá o que for) tratando-a como se fosse um agente racional que governa sua ‘escolha’ da ‘ação’ levando em ‘consideração’ suas ‘crenças’ e ‘desejos’” (DENNETT, 1996, 27).

de crenças e desejos. O quarto critério, *reciprocidade*, caracteriza os sistemas intencionais capazes de adotar uma atitude intencional frente ao mundo e às outras pessoas. São *sistemas intencionais de segunda-ordem* capazes de ter crenças e desejos acerca de suas próprias crenças e desejos, ou seja, são capazes de representar crenças, desejos e intenções de segunda ordem. Essas características são exibidas por alguns animais⁴. A quinta característica, ser capaz de comunicação verbal, ou seja, ser dotado de linguagem, exclui os animais não humanos da noção de pessoalidade. A última condição, a autoconsciência, é a ideia de que as pessoas são distinguíveis de outras entidades, pois exibem um tipo especial de consciência. A autoconsciência é o que nos permite ter consciência das nossas ações, ou melhor, ter consciência de que somos nós os responsáveis por nossas ações e que podemos ser indagados acerca das razões pelas quais as executamos e ser responsabilizados moralmente por nossos atos.

Como Dennett (1981a) ressalta, a normatividade é inerente à noção de pessoa. Mesmo na presença das seis condições, persistirá sempre o caráter ideal e arbitrário do conceito de pessoa que depende da interação entre pessoas. Qualquer definição metafísica que estabeleça condições ontológicas acerca da pessoalidade (a noção metafísica da pessoa) não escapará dos aspectos normativos que compõem a noção moral de pessoa. Definimos o sentido de nossos critérios metafísicos a partir de nossas injunções éticas, como propõe Stephen White citado por Dennett (2004).

Contudo, é inegável que a presença dessas condições oferece critérios, mesmo que provisoriamente suficientes, para a compreensão da *constituição* do agente moral. A capacidade de **autoconsciência** – ou, ao menos, a possibilidade de adquiri-la, no caso dos bebês, ou o fato de já tê-la tido em algum momento, no caso dos que a perderam – tem sido um dos critérios definidores do que é uma pessoa.

Data é um ser que satisfaz essas condições. É por isso que somos inclinados a conceder-lhe o estatuto de pessoa. Embora possamos restringir seus direitos, alegando que ele pertence a uma classe diferenciada de pessoa – como nas práticas de exclusão social em que limitamos os direitos àqueles que consideramos como não pertencendo ao nosso grupo ou comunidade moral, como não sendo *um de nós*⁵ – Data tem características que têm

4 Os estudos em psicologia evolucionária têm mostrado que certos animais (em particular os primatas) possuem representações mentais de seu ambiente e dos comportamentos dos outros que os permitem resolver problemas e simular novas situações. Alguns chimpanzés chegam mesmo a exibir comportamentos que se assemelham à capacidade de ler o comportamento dos outros, um esboço do que chamamos ‘teoria da mente’. Sobre a evolução da cognição em primatas e sua relação com o desenvolvimento ontogenético humano, ver Doug Jones (1999), Tomasello e Call (1997).

5 Sobre a noção de ‘um de nós’ como pertencendo a uma dada comunidade moral, ver Richard Rorty (1994).

sido reconhecidas como definindo a pessoa. Ainda que esses critérios ontológicos estejam, em última instância, subordinados aos aspectos morais definidos pela comunidade da qual pertencemos, isso não torna obsoleto o seu uso como balizadores de nossos discursos e atitudes frente ao que consideramos uma pessoa. Dentre todos os critérios, **a capacidade de autoconsciência** tem sido tratada como um critério decisivo.

A autoconsciência é, geralmente, considerada um traço distintivo da espécie humana. Mesmo que chimpanzés exibam uma capacidade cognitiva rudimentar de auto-reconhecimento (como aprender a se reconhecer no espelho após um tempo de exposição ao objeto) (Gallup, 1997), a capacidade de autoconsciência, de fazer referência a si mesmo e identificar a si mesmo, parece específica da nossa espécie. Somos as únicas criaturas capazes de pensar sobre nós mesmos como uma existência permanente no tempo (*persisting self*), isto é, a ter uma perspectiva da continuidade do eu. A autoconsciência é um aspecto essencial na construção de nossa identidade pessoal ao longo de nossa história de vida, pois nos permite escapar do aqui e agora de nossa 'presença ao mundo' e nos projetarmos numa dimensão futura como agentes morais responsáveis por nossas ações e decisões. Portanto, a autoconsciência é essencial para ser uma pessoa (Passos-Ferreira, no prelo).

Mas, como definimos um ser autoconsciente?

Todas as formas de autoconsciência pressupõem um ponto de vista subjetivo. Em "What is it like to be a bat" (1992), Thomas Nagel mostra como um ser consciente se torna autoconsciente ao adquirir uma perspectiva de primeira pessoa. A perspectiva da primeira pessoa é a experiência subjetiva por meio da qual podemos nos conceber como um ser individual, distinto de todo o resto do mundo com o qual estamos lidando. Como mostra Nagel, todo ser consciente, mesmo seres sencientes não humanos, é sujeito de suas experiências no sentido de que as experimenta. Todo fenômeno subjetivo está conectado, portanto, como um ponto de vista singular.

No entanto, nem todo ser consciente é autoconsciente. A autoconsciência é um estado que nos torna consciente *de* nós mesmos. É a consciência de ter uma experiência subjetiva e possuir conceitos de si mesmos na perspectiva da primeira pessoa. Somente os animais humanos são capazes de exibir essa forma conceptual de perspectiva da primeira pessoa e podem ser ditos completamente autoconscientes, ou, como denomina Lynne Baker (1998), capazes de exibir uma versão *forte* da perspectiva da primeira pessoa.

Baker propõe uma distinção entre as perspectivas da primeira pessoa forte e fraca, que parece útil para esclarecer a relação entre a autoconsciência e a identidade da pessoa. A perspectiva *fraca* é aquela exibida por criaturas capazes de resolver problemas e cujos comportamentos podem ser explicados em termos intencionais. São seres como os animais não humanos e os recém-nascidos, aos quais podemos atribuir crenças e desejos,

pois se comportam de uma certa perspectiva. Não é necessário que um organismo possua o conceito de primeira pessoa para que possam lhe atribuir um comportamento motivado por crenças e desejos. Segundo Baker, os fenômenos *fracos* da perspectiva da primeira pessoa são exibidos por seres sencientes, capazes de solucionar problemas por meio de atitudes perspectivais que explicam seu comportamento intencional. Como todos os estados psicológicos são perspectivais na origem, assim também a crença, o desejo e o comportamento pertencem a um único organismo.

O que é característico da perspectiva *forte* da primeira pessoa é a capacidade de **reconhecer a si mesmo como um ponto de vista subjetivo** e de pensar sobre si mesmo como uma pessoa. Essa capacidade única dos humanos – de se conceber como ‘eu’ autoconsciente e capaz de introspecção – é fundamental para o desenvolvimento do que consideramos uma pessoa, *what-is-it-like-to-be-us*.

Analisarei aqui a emergência da perspectiva forte da primeira pessoa ao longo do desenvolvimento ontogenético. A hipótese central é que, no início, somos seres conscientes e, ao longo do desenvolvimento, nos tornamos autoconscientes. A capacidade de autoconsciência e o autoconhecimento emergem a partir da aquisição da capacidade de meta-representar e de ter conceitos, em particular, os conceitos que permitem fazer referência ao eu e a seus estados mentais e corporais.

2. Da consciência fenomenal à autoconsciência

O debate acerca da experiência subjetiva da consciência tem sido dividido, grosso modo, entre eliminativistas, dualistas e fisicalistas. Os eliminativistas são os que rejeitam o caráter qualitativo da experiência. Os dualistas tentam preservar o caráter de singularidade da experiência subjetiva e negam qualquer redução da consciência a processos neurofisiológicos. Os fisicalistas tentam oferecer um relato naturalista da consciência.

Existem diversas tentativas teóricas de naturalizar a consciência e desmistificar seu caráter ‘misterioso’ que mostram como os aspectos relevantes da consciência podem existir numa concepção puramente fisicalista do mundo. O projeto de naturalização da mente visa explicar os fatos mentais a partir das ciências naturais, descrevendo estados e processos mentais como aspectos do cérebro e do sistema nervoso central. Dentre os defensores da naturalização da consciência, o debate se divide entre representacionistas e funcionalistas.

Examinarei a abordagem representacionista de Fred Dretske (1997), que tenta preservar o caráter qualitativo da experiência subjetiva. Dretske propõe compatibilizar a ideia de que os aspectos qualitativos da experiência são subjetivos e privados com a ideia

de que são passíveis de serem determinados objetivamente, ou seja, podem ser capturados por um relato representacional.

Em sua Teoria Representacional da Consciência⁶, o estado de estar consciente é um modo de representar alguma coisa. A consciência fenomenal nos torna consciente das propriedades fenomenais dos objetos e é dada pelos sentidos perceptivos: ver, ouvir, cheirar, provar, sentir. Os estados mentais conscientes são estados que nos tornam conscientes de objetos, propriedades e fatos. São estados que nos tornam conscientes *com* eles e não estados *dos* quais estamos conscientes. O que torna a pessoa consciente de estar tendo a experiência é um estado interno que representa as propriedades da experiência. Sem o estado representacional não é possível ter consciência da propriedade que experimentamos.

A experiência consciente, em termos do *what it is like for the subject*, pode ser distinguida em dois aspectos: (1) a consciência das propriedades fenomenais dos objetos, que é o caráter qualitativo da experiência que os fenomenólogos chamam de ‘presença ao mundo’; (2) o aspecto ‘*para-mim*’ (*for-me-ness*, como chama Kriegel (2005)), que é o caráter subjetivo da experiência, ou seja, o que é ter a experiência *para o sujeito*. O caráter subjetivo da experiência consiste num conteúdo representacional particular que se desdobra em uma representação de algum aspecto do ambiente e numa representação interna da representação.

Para um materialista como Dretske, não há fatos mentais que só sejam acessíveis a uma única pessoa. Toda subjetividade faz parte do mundo objetivo. Segundo Dretske (1997, 65),

pode haver circunstâncias de tempo e espaço que capacitem uma pessoa a conhecer alguma coisa que os outros não conhecem, circunstâncias de tempo e espaço que tornem uma pessoa autoritativa, mas não há fatos privilegiados a uma pessoa, fatos que só uma pessoa *pode* conhecer.

6 Há três usos da noção de representação: a ‘atividade da representação’, a ‘ideia de representação’, e a ‘representação mental’. A ‘atividade da representação’ está associada a alguma atividade mental na qual nos engajamos. A ‘ideia de representação’ geralmente é usada na Teoria Representacional da Percepção como uma interface semântica interna entre nós mesmos e o que estamos pensando ou percebendo, e está associada à ideia de colocar ‘um objeto diante da mente’. O terceiro uso encontramos mais recentemente na literatura após a virada informacional (*the information turn*) e, de certa forma, deriva da ideia precedente da representação como um objeto mental com propriedades semânticas. A noção de ‘representação mental’ é um construto teórico das ciências cognitivas segundo o qual os estados e processos cognitivos são constituídos pela ocorrência, transformação e estocagem (no cérebro ou na mente) de estruturas representacionais que captam informações. Essa noção é o ponto de partida da Teoria Representacional ou Computacional da Mente, que encontra em Dretske um dos seus mais promissores defensores. O ponto de partida dessa abordagem é que os estados mentais (pensamentos, crenças, desejos e percepções) estão relacionados a representações mentais e a intencionalidade desses estados deve ser explicada em termos das propriedades semânticas da representação mental (Para uma melhor discussão, ver Pitt (2000)).

Temos informação direta e imediata sobre nossa vida mental, mas não temos acesso privilegiado a informações que os outros não possam ter. Todos podem ter acesso a mesma informação. Isso quer dizer que a vida subjetiva de uma criatura, o que é se sentir como essa criatura (*what it is like to be*), não é inacessível. Contudo, há uma particularidade na experiência de ser um ponto de vista.

Ao contrário de certos relatos naturalistas que explicam o mental a partir do funcionamento da maquinaria cerebral biológica, Dretske concebe a mente como a função de manipulação de representações, a partir da ideia de ‘informação’⁷. Ele defende duas teses: (1) todos os fatos mentais são fatos representacionais; (2) todos os fatos representacionais são fatos sobre funções informacionais. A ideia central é que a mente é um *design* projetado pela história evolutiva com a função de trazer a informação sobre o objeto. A mente é um sistema que representa uma dada propriedade e tem a função de indicar e representar a propriedade. A função pode ser sistêmica ou adquirida. As funções sistêmicas são funções filogenéticas dos sistemas sensoriais produzidas pelo processo histórico de seleção natural. As funções adquiridas são funções aprendidas no processo de maturação do indivíduo. Os sistemas perceptivos (incluindo a propriocepção) produzem representações e têm a função biológica de fornecer informação. A tarefa do aparelho sensorial é construir representações mentais sobre o mundo. Todos os estados mentais (crenças, pensamentos e experiências) são representações naturais. Toda representação é representação de um fato, mas nem toda representação é conceitual. A experiência é uma forma de representação não-conceitual e é inerente ao sistema. As crenças e pensamentos são representações conceituais adquiridas ao longo do desenvolvimento ontogenético.

Tanto as atitudes proposicionais (crenças e desejos) quanto a experiência sensorial (os *qualia*) são representações internas. O caráter qualitativo da experiência é identificado às propriedades que os objetos representados possuem, e essas propriedades são, em princípio, passíveis de serem conhecidas por qualquer pessoa. Para Dretske, o caráter qualitativo da experiência perceptiva não deve ser definido funcionalmente, por meio de nossas disposições comportamentais, mas deve ser definido em termos físicos.

7 Em seus trabalhos mais recentes, Dretske reformula sua Teoria Semântica Informacional e propõe uma abordagem representacionista, que combina a noção de informação com o elemento teleológico (Teleosseântica). O importante para o argumento aqui desenvolvido é que essa reformulação resulta na ideia de que a principal distinção entre as representações sensoriais e conceituais é feita em termos da distinção entre dois tipos básicos de indicadores de função, sistêmica e adquirida. A representação de que *O* é *P* é sensorial e não-conceitual, quando seu indicador de função é derivado do sistema do qual ele é um estado, e conceitual quando seu indicador de função é adquirido do tipo do qual ele é um estado particular. No primeiro caso, o indicador de função é filogeneticamente determinado pela seleção natural, enquanto no segundo caso ele é adquirido ontogeneticamente pelo aprendizado.

Chamamos de *qualia* as propriedades fenomenais dos objetos que são experimentadas subjetivamente. Essas propriedades são aquelas que estão representadas nas informações que nossos sentidos têm a função natural de fornecer; e podem ser determinadas assim como determinamos outras funções biológicas dos órgãos corporais.

Os organismos têm funções biológicas específicas com diferentes performances discriminativas e capacidades diferenciadas de representar propriedades. As experiências qualitativas podem ser distintas mesmo que os organismos tenham a mesma capacidade biológica. Portanto, a experiência de ser um ponto de vista subjetivo não pode ser reduzida à função biológica. O ponto de vista subjetivo é determinado também pelas partes e aspectos da experiência do objeto que representamos. Todo e qualquer objeto ocupa diferentes lugares no mundo, portanto, captamos informações diferentes do mundo de acordo com as posições que ocupamos. Contudo, as experiências não diferem subjetivamente apenas porque são experiências de diferentes objetos em diferentes perspectivas. Essa diferença é uma experiência que pode ser partilhada ao trocarmos de lugar com o outro e ocuparmos o mesmo ponto de vista do outro. As diferenças nos estados subjetivos que interessam e caracterizam a singularidade da experiência são as diferenças que resultam não de pontos de vistas diferentes, mas no *modo* como os pontos de vistas são vistos. O que faz diferença no *what it is like for the subject* não são os objetos acerca dos quais a experiência é, mas o *modo* como esses objetos são representados de um dado ponto de vista.

Portanto, como afirma Dretske, o que muda é o *modo* como a experiência é codificada. Ao nível da consciência fenomenal, temos a experiência de uma variedade de propriedades. Ao nível da consciência conceitual, temos experiência de um *tipo* de propriedade, pois há uma categorização da experiência sensorial que é dada pelo aprendizado dos conceitos. Os sistemas sensoriais inatos são funções herdadas filogeneticamente, e não podem ter o caráter representacional da experiência alterado. No entanto, são adaptáveis e recalibráveis. O modo como a *experiência* representa o mundo é fixado pelas funções biológicas do sistema. Porém, a *cognição* é uma função que se desenvolve ontogeneticamente. E o modo como uma *crença* representa o mundo é determinado pelo aprendizado individual da capacidade de conceituar. Podemos ter a mesma experiência e conceituá-la de forma diferenciada. Pelo aprendizado, eu posso alterar o que eu acredito e penso quando experiencio o mundo, mas não posso alterar a qualidade do que experiencio. A consciência da experiência altera aquele que a experimenta, mas não modifica a experiência. A diferença entre as experiências que temos consciência e as que não temos não está na própria experiência, mas naquele que tem a experiência, ou seja, no que a pessoa sabe a respeito da experiência que está tendo.

A aquisição da capacidade de conceituar permite a aquisição de conceitos sobre o eu, o que permitirá fazer referência ao eu e representar a experiência subjetiva. A capacidade de representar a experiência subjetiva altera significativamente o *modo* como a pessoa experimenta seu ponto de vista e permite a emergência da consciência de si como uma criatura com uma perspectiva dentre outras.

3. Tornar-se uma perspectiva

A observação do comportamento dos recém-nascidos evidencia aspectos importantes da experiência de ser um ponto de vista distinto dos outros e de se comportar no mundo a partir de uma perspectiva. Até sermos capazes de exibir fenômenos da perspectiva forte da primeira pessoa, nós humanos passamos por cerca de 4 anos de desenvolvimento com mudanças qualitativas consideráveis que culminam com a emergência da capacidade completa de autoconsciência. Do nascimento até 4-5 anos de idade, são observados diferentes níveis de desenvolvimento da representação do eu que indicam alterações importantes no modo como as informações sobre o eu são representadas. Existem cinco etapas que correspondem a diferentes níveis de auto-representação: agente ecológico (0-2 meses); agente situado (2-9 meses); agente perspectivo (9-18 meses); agente representacional (18-36 meses); agente meta-representacional (3-4 anos)⁸.

Desde o nascimento, o bebê humano é capaz de perceber seu próprio corpo como uma entidade diferenciada de outras no ambiente, ou seja, capaz de fazer a **diferenciação eu-mundo** (ver GIBSON, 1979; NEISSER, 1988; ROCHAT, 2003; ROCHAT & STRIANO, 2000; BUTTERWORTH, 1995). A abordagem ecológica gibsoniana enfatiza a experiência precoce de diferenciação, opondo-se à ortodoxia em psicologia de que o bebê nasceria num estado de confusão com seu entorno, e que suas ações seriam respostas automáticas a estímulos do ambiente – tese da indiferenciação eu-outro defendida por, entre outros, William James e Jean Piaget (BUTTERWORTH, 1995; PASSOS-FERREIRA, 2010; 2011). A tese proposta por James Gibson (1979) é que, desde o nascimento, o bebê se comporta como um centro de ação e percepção cuja experiência perceptiva acarreta autopercepção e um sentido implícito do próprio corpo⁹.

8 Essas cinco etapas de desenvolvimento foram adaptadas das classificações apresentadas sobre o desenvolvimento da autoconsciência por Rochat (2003) e do sentido de agentividade por Fonagy (2004).

9 Como afirma Gibson: “A informação sobre o self acompanha a informação sobre o ambiente, e as duas são inseparáveis. A ego-recepção acompanha a exterocepção, como se fosse o outro lado da moeda. A percepção tem dois pólos, o subjetivo e o objetivo, e a informação está disponível para especificar ambos. Percebemos o ambiente e co-percebemos a nós mesmos.” (Gibson 1979, 126)

Para Gibson, nascemos biologicamente equipados com as funções proprioceptivas e exteroceptivas, que são funções do sistema perceptivo que se dirigem ao corpo e ao mundo. A propriocepção traz informação¹⁰ sobre “os aspectos mutáveis e persistentes do corpo e a exterocepção dos (com os) aspectos mutáveis e persistentes dos objetos e acontecimentos extracorporais” (Costa, 2004, 61). Portanto, todo ato perceptivo é auto-informativo¹¹.

A abordagem ecológica do *self* criou uma série de experimentos que confirmam a capacidade perceptiva de se discriminar do ambiente e se comportar como um centro de ações intencionais. Nessa acepção funcionalista do *self* (ELEANOR GIBSON, 1995), privilegiam-se as diferentes informações que o *self* é capaz de obter por meio da percepção e interação com os objetos físicos e culturais.

Ulric Neisser (1988) chama de *self ecológico* o *self* diretamente percebido em relação ao seu ambiente físico imediato, capaz de estar consciente e atento. Ao perceber o ambiente, ele é capaz de se situar espacialmente e de agir como um ponto de vista subjetivo em relação ao seu entorno, por meio de padrões perceptivos que especificam sua posição e seu movimento. Desde o nascimento, a partir de seus movimentos e ações no ambiente, o bebê capta informações perceptivas que especificam seu próprio corpo como uma entidade única no mundo. A capacidade inata de diferenciação eu-mundo é atribuída a experiências perceptivas que especificam o corpo do bebê como oposto a outras entidades perceptivas do mundo. A experiência de tocar-se a si mesmo, de ouvir seus próprios sons, de visualizar seus próprios movimentos, são experiências perceptivas básicas que auto-especificam o corpo do bebê (ROCHAT, 2003).

Existem várias pesquisas que mostram a capacidade inata de se diferenciar e de se autoperceber¹². Philippe Rochat e colaboradores (ROCHAT & HEPOS, 1997) observaram

10 O termo ‘informação’ usado pelos psicólogos cognitivistas tem um significado diferente da semântica informacional de Dretske. Segundo Neisser (1988), na teoria ecológica da percepção de Gibson, a informação existe objetivamente e especifica as propriedades dos objetos e eventos em virtude dos princípios físicos e é obtida por aquele que percebe.

11 Como esclarece Jurandir Costa, na concepção ecológica, se “defende a ideia de que o comportamento movente e senciante dos animais é a maneira que eles têm de descobrir e utilizar os recursos do ambiente, (...) e, à medida que o indivíduo explora os recursos do ambiente apropriados à sua auto-regulação, auto-reprodução e satisfação, desenvolve a autopercepção de si” (COSTA, 2004, p. 61).

12 George Butterworth e colaboradores (1995) desenvolveram uma série de estudos sobre a propriocepção visual dos bebês para testar a capacidade do bebê de discriminar o movimento de seu próprio corpo do movimento dos objetos do ambiente. Esses estudos mostram que muito precocemente, antes mesmo de serem capazes de sentar, os bebês são capazes de ajustar sua estabilidade da postura em relação à estabilidade de seu entorno visual. No estudo do quarto movente (*moving room*), os bebês são presos a carrinhos e colocados num quarto suspenso do chão que se movimenta, de modo que a informação do fluxo óptico capta uma perda de balanço mesmo quando o bebê permanece numa postura estável. Observa-se que o bebê é capaz

o comportamento de fuçar em recém-nascidos (reconhecer com o focinho) (*rooting response*). Eles compararam o comportamento de fuçar em bebês com 24 horas de vida observando a estimulação tátil tanto originada pelo dedo do experimentador quanto a auto-estimulação que a criança espontaneamente fazia com um dos dedos de suas próprias mãos em contato com a bochecha. O resultado mostra que os recém-nascidos fuçam muito mais significativamente quando a estimulação é externa do que quando se auto-estimulam. Esse resultado confirma a hipótese de que os recém-nascidos não nascem num estado de confusão com o ambiente, mas, pelo contrário, são capazes de diferenciar entre estimulações e toques que são originados de seu próprio corpo (auto-estimulação) e de fontes externas (alo-estimulação). O bebê é capaz de discriminar entre eventos perceptivos que são gerados tanto pelo eu quanto pelo não-eu.

A partir dos dois meses, o bebê começa a se comportar, mesmo que de forma rudimentar, como um **agente situado** (ROCHAT, 2003), cujos movimentos são ações orientadas por objetivos específicos que se dirigem a aspectos particulares do ambiente, exibindo capacidade de discriminação e preferência.

Muito antes de ser capaz de se reconhecer como uma imagem ou rosto, o bebê se percebe como um centro de atividade, capaz de controlar suas ações e interações. É capaz não apenas de obter informações de seus estados mentais e corporais, mas de obter informações do sistema como um todo. Ele desenvolve progressivamente uma atitude de contemplação (*contemplative stance*) e reciprocidade frente ao mundo e a si mesmo, situando seu corpo em relação a outras entidades no ambiente (ROCHAT, 1999). A atitude contemplativa (ROCHAT, 2001) indica a auto-percepção de si como capaz de alterar o ambiente e o início do desenvolvimento da capacidade de controlar e escolher suas ações sobre o seu corpo e o ambiente. O bebê deixa de agir apenas de forma imediata e passa a explorar seletivamente a consequência de suas ações sobre o ambiente. Ao mesmo tempo, com o acúmulo das experiências, aprende um repertório novo de ações que torna sua interação muito mais complexa e o permite escolher entre ações variadas em função do objetivo visado. Ele aprende a controlar suas ações e a ter expectativas dos comportamentos do meio, sobretudo dos seres animados (EDWARD REED, 1995).

As pesquisas sobre imitação neonatal de Andrew Meltzoff e Keith Moore (1995) mostram que, ao final dos dois meses, com a emergência do sorriso social, das interações face-a-face e das protoconversações, o bebê desenvolve um comportamento imitativo

de distinguir entre o seu movimento (auto-movimento) e o movimento do ambiente (alo-movimento), e perceber a informação proprioceptiva visual como especificando uma mudança na localização espacial do seu corpo. Conclui-se que os bebês são capazes de fazer a distinção entre uma alteração de lugar de seu corpo e uma alteração do estado do ambiente.

sofisticado e voluntário e se torna capaz, não apenas de discriminar suas ações corporais do modelo que está imitando, como também de mapear seu espaço corporal em relação ao espaço corporal do outro, situando-se em relação ao modelo percebido que imitam. O bebê imita a dinâmica dos atos que observa. Ele necessita ver o ato em progresso para imitá-lo, pois ainda não é capaz de antecipar a sequência de movimentos do outro. Por meio das interações face-a-face, se estabelece entre o bebê e o adulto um 'espelho afetivo', com ressonância emocional, no qual o adulto responde reciprocamente ao bebê (ROCHAT, 2002). Este começa a ser capaz de combinar suas habilidades interativas e perceptivas e entrar num modo intersubjetivo de interação e de vida relacional (PASSOS-FERREIRA, 2011).

A atitude contemplativa é uma condição necessária na ontogênese para que o bebê chegue a desenvolver a perspectiva da primeira pessoa. Observa-se um continuum na experiência do bebê que, entre 2-9 meses, começa, gradativamente e com níveis crescentes de complexidade, a se comportar como um *sistema intencional* (DENNETT 1981b), com a emergência das ações intencionais, com objetivos funcionais que não são apenas aqueles inatos, e a criação de novas ações em função dos objetos encontrados no ambiente próximo. Portanto, o bebê que se recusa a pegar um objeto que está fora de seu campo de ação ou que utiliza seu pé para atingir um móvel suspenso diante de si, pode ser dito capaz não apenas de se diferenciar do objeto, mas também de adotar diferentes estratégias de ação em relação ao objeto e escolher os movimentos mais adequados para atingir seus objetivos. Ele explora seletivamente os provimentos dos objetos (*affordances*) que estão ao seu alcance. Ao final desse período, o bebê já pode ser considerado uma agência autônoma e coordenada (E. GIBSON, 1995), com capacidade para modular suas ações a partir das expectativas de comportamento do seu meio social.

No decurso do desenvolvimento emocional, é somente quando o bebê desenvolve a capacidade de se perceber como tendo um ponto de vista, ele é capaz de exibir rudimentos da perspectiva *forte* da primeira pessoa. Aos nove meses, o bebê se torna um **agente perspectivo** – o que Michael Tomasello (1995) chama de '*becoming perspectival*'. Com a emergência da locomoção, surge a possibilidade de se perceber o mundo de várias posições. A função da locomoção está diretamente relacionada com o desenvolvimento da habilidade de se autoperceber como uma perspectiva (REED, 1995), possibilitando um movimento que não se destina a funções específicas, como pegar objetos, mas a explorar o ambiente, e isso permite ao bebê explorar perspectivas alternadas. Surge também a capacidade de apontar, por meio das vocalizações e dos gestos usados para indicar os objetos. Os jogos imitativos também se tornam complexos e passa a ser suficiente para a criança observar o final do ato realizado pelo adulto para imitá-lo, exibindo a capacidade de

antecipar o processo. O bebê começa a consultar a face do outro em busca de informações sobre os recursos do ambiente e passa sistematicamente a integrar o olhar do outro em suas explorações pelo meio circundante. Ele tem a experiência de explorar pontos de vista distintos e promover padrões específicos de atividades com outros. Essa nova função possibilita que compartilhe os provimentos dos objetos (*affordances*) do ambiente com os outros, e se engaje em interações ternárias que incluem o bebê, o adulto, o objeto ou outro adulto (REED, 1995).

Portanto, a partir dos nove meses de vida, o bebê exhibe esboços do que vai se tornar futuramente a capacidade de representar sua própria perspectiva, de ter crenças e desejos sobre suas crenças e desejos. Os *sistemas intencionais de segunda ordem*, tal como concebido por Dennett, são característicos de criaturas que **não** têm o conceito de 'eu', mas se comportam como organismos que têm uma perspectiva de si em relação ao seu entorno. É dessa perspectiva egocêntrica que experimentam o mundo. Pode-se dizer que são conscientes de seus estados mentais e corporais, mas não são conscientes de serem possuidores desses estados. Portanto, não são autoconscientes, pois não têm o *conceito* de crenças ou desejos, nem o *conceito* de si mesmo como um sujeito de suas crenças e desejos. O bebê age de sua própria perspectiva sem saber que sua perspectiva difere de outras perspectivas. Autolocaliza-se frente aos objetos e pessoas a partir de sua posição espaço-temporal e age a partir desse ponto de vista tomando a si mesmo como centro. Seus estados são autolocalizados e referidos ao seu ponto de vista. No entanto, ainda não é objeto de seu pensamento e não é capaz de ter auto-representações das quais poderia estar consciente ou pensar sobre, pois ainda não adquiriu a autoconsciência reflexiva¹³.

O bebê de 9-12 meses é capaz de dar o passo intencional na direção do que vai se constituir, depois dos 3 anos, a perspectiva forte da primeira pessoa. Ele apresenta a habilidade rudimentar de atribuir tipos de estados mentais – tais como estados de atenção e de emoção – a outros agentes e interpretar o comportamento do agente como racional e dirigido a um objetivo que o permite prever sua ação futura em direção ao objetivo tendo por base uma nova situação (TOMASELLO, 1995).

Esse processo culmina aos 14-18 meses com o desenvolvimento da capacidade de se reconhecer no espelho (ROCHAT, 2003). A capacidade de identificar a própria imagem no espelho pode ser vista como o primeiro índice de objetificação do eu. É um índice não apenas de reconhecimento da imagem corporal, mas de que aquela imagem o identifica, se refere ao eu. Ou seja, ele não somente diferencia o seu ponto

13 Quando abordar a gênese do eu, veremos que estas representações só vão aparecer com a emergência do *self expandido* (*extended self*).

de vista da perspectiva exterior, mas também se torna capaz de perceber essa distinção. É nesse período que surgem condutas de embaraço relacionadas a contextos em que a criança recebe atenção prolongada do adulto sobre si mesmo (ROCHAT, 2002; 2003). O desenvolvimento cronológico mostra que o reconhecimento da imagem no espelho vem antes da utilização da palavra 'eu'. Existe, portanto, uma capacidade gestual implícita de se referir a si mesmo, antes mesmo da capacidade de se manifestar, linguisticamente, por meio do uso do pronome 'eu'. O reconhecimento da imagem no espelho como a imagem de si mesmo distinta de outras pode ser visto como sinal da capacidade de identificar uma representação de si mesmo e serve como um marco adaptativo do desenvolvimento do que vai ser chamado depois de autoconsciência reflexiva. Não obstante, ter um ponto de vista subjetivo e ser capaz de discriminar sua imagem entre outras não é suficiente para exibir a perspectiva *forte* da primeira pessoa.

No segundo ano de vida, com a aquisição da linguagem, a criança desenvolve a capacidade de compreender de um *modo mental* o agir intencional e se auto-perceber como um **agente representacional**, cujas ações são causadas por estados mentais prévios tais como crenças e desejos. E começa a entender que as ações podem mudar mentalmente, assim como as propriedades físicas do mundo. Eles compreendem, por exemplo, que um gesto declarativo de apontar pode alterar o estado de atenção de outro agente (FONAGY, 2005).

O desenvolvimento da perspectiva *forte* da primeira pessoa culmina com a aquisição da linguagem e a emergência da perspectiva da teoria da mente. Aos 3-4 anos, a criança desenvolve a habilidade de compreender e atribuir estados emocionais e complexos estados intencionais aos outros, como as falsas crenças, de entrar nos jogos de faz-de-conta e de fazer referência verbal a si mesmo. Surgem também as emoções secundárias como vergonha, orgulho, desprezo e culpa. A compreensão da agência em termos da causação mental passa a incluir a representação epistêmica dos estados mentais, emergindo o **agente meta-representacional**, cujas ações são compreendidas como estados mentais intencionais (crenças e desejos), que são construídas como representações conceituais do mundo (FONAGY, 2005). A posse das representações e das crenças capacita a criança a poder representar algo como falso ou verdadeiro. Esse processo culmina aos 4 anos de idade com a capacidade de passar no teste da crença falsa, que avalia a habilidade de representar o mundo mental do outro e, conseqüentemente, compreender a perspectiva do outro. Isso permite à criança compreender a referência a si mesmo (autoconsciência) e a seus estados mentais (autoconhecimento). Ela adquire a capacidade representacional de relatar as memórias de suas atividades intencionais e experiências numa organização coerente de causa e tempo, levando à emergência do *self expandido* no tempo, que é a

compreensão da sua história autobiográfica¹⁴.

A capacidade de pensar em si mesmo como possuidor desses pensamentos traz outras habilidades para a pessoa. A aquisição da autoconsciência nos torna capazes de pensar nos outros como possuidores de seus próprios pensamentos e como pontos de vista subjetivos diferentes dos nossos. Consequentemente, tornamo-nos capazes de refletir sobre nós como possuidores de nossos próprios desejos e ter o que chamamos de desejos ou pensamentos de segunda-ordem sobre nós mesmos. Esta capacidade, como esclarece Baker (1998), é a capacidade de se conceber como ‘si mesmo’, como um ‘eu’ distinto de todo o resto, e de formular um conceito sobre essa distinção, ou seja, é “não apenas ter pensamentos exprimíveis por meio do ‘Eu’, mas também conceber a si mesmo como o possuidor desses pensamentos”.

4. Autoconsciência reflexiva

No debate atual sobre a noção de autoconsciência, uma das questões que se coloca é se a informação que o eu obtém, desde o nascimento, sobre seus próprios estados pode ser chamada de autoconsciência ou autoconhecimento. Alguns afirmam que só podemos considerar o fenômeno da autoconsciência quando lidamos com seres de linguagem, capazes de conceituar linguisticamente sua experiência. Desde que Wilfrid Sellars (1997) propôs distinguirmos entre a consciência discriminativa (*awareness*) (‘ter a experiência de x’) e a consciência reflexiva (*consciousness*) (‘ter o conceito de x’, ‘saber que tipo de coisa é x’), existe em filosofia a tendência a separar a experiência subjetiva pré-linguística da experiência linguística reflexiva.

Muitos filósofos, como Dretske, fazem uma clara distinção entre pensamento (julgamento, crença) e sensação (experiência). A experiência de uma sensação (ouvir a Nona Sinfonia de Beethoven) não requer o conceito (saber o que é uma sinfonia) para saber do que se está consciente perceptivamente. Nos termos de Dretske, a distinção é feita entre a consciência do objeto (a experiência da propriedade x) e a consciência do fato (a crença de que isto é x). Nesse sentido, ter a experiência de K é diferente de ter pensamentos sobre K, assim como ter representações de fenômenos sensoriais difere da representação de fatos conceituais em crenças e julgamentos. A experiência não requer conceito, mas o conhecimento requer conceito. Os sistemas perceptivos têm a função de indicar a qualidade fenomenal da experiência por meio de funções herdadas

¹⁴ Sobre a noção de *self expanded* ver Passos-Ferreira (2007).

filogeneticamente e não podem ter o caráter representacional da experiência alterado. A função de indicar o conteúdo representacional é adquirida ontogeneticamente, por meio do aprendizado individual. O desenvolvimento individual pode mudar não o que a mente filogeneticamente deve representar, mas pode alterar o que a experiência pode representar com a aquisição de novas representações sensoriais e conceituais.

Para Dretske, a diferença entre a sensação e a cognição está no modo como a informação deve ser codificada. A condição que uma representação analógica (de uma sensação) deve satisfazer para ser qualificada como experiência é que a informação que ela tem a função de fornecer tem que estar disponível para ser digitalizada, ou seja, para ser representada conceitualmente (em crenças e intenções). Contudo, esse esquema lógico não explica como se passa do nível lógico da experiência para a reflexão, como se passa da sensação para a cognição. Em seu esquema, parece ser apenas a aquisição da linguagem que importaria na mudança de um nível a outro.

A abordagem desenvolvimentista mostra que, para além desse esquema lógico de interpretação, há um *continuum* de experiências que acontecem e precisam acontecer para que haja a transformação da consciência discriminativa em consciência reflexiva. Há uma gradação. Nesse sentido, a história das interações causais (da filogênese e da ontogênese) é fundamental para explicar como o comportamento discriminativo se transforma nas práticas sociais de justificação. Ou seja, como a 'presença ao mundo' se torna uma autoconsciência capaz de justificar suas ações.

Todas essas pesquisas mostram que, muito precocemente, os bebês aprendem coisas sobre os objetos que são alcançáveis no mundo físico e sobre suas capacidades em alcançá-los e como ajustar sua configuração e postura corporal. As transações com o mundo físico e social levam ao conhecimento do *self* como agente intencional e social. Tenderíamos a concordar com a psicologia gibsoniana e a fenomenologia que essas experiências geram informações não-conceituais sobre o eu, tanto de seus estados corporais e mentais quanto do sistema como um todo. Na abordagem ecológica, a percepção do mundo e a percepção do eu são dois aspectos do mesmo processo. Ao percebermos o ambiente, temos também informações sobre o eu. Mas não há ainda representação conceitual da entidade eu, temos apenas informações sobre nossos estados mentais e corporais, da perspectiva fraca da primeira pessoa.

Apesar de fazerem o diagnóstico correto da situação, a conceituam de maneira equivocada. Como vimos, as pesquisas mostram que os bebês obtêm informação sobre seu corpo como uma entidade diferenciada, discriminada de outros objetos e pessoas percebidos no ambiente, e que essa capacidade favorece o desenvolvimento da noção de eu. O bebê aprende com essas informações a modificar seu comportamento e desenvolve

outras formas de interação. Mas o tipo de auto-informação que a experiência rudimentar de si gera é diferente do autoconhecimento introspectivo que emerge com a perspectiva forte da primeira pessoa. A crença é uma condição para o conhecimento. Se definimos o conhecimento como dependente de conceitos não é possível falar de autoconhecimento antes de termos conceitos de eu, e o mesmo se aplica para a noção de autoconsciência. O fato de o bebê trazer informações analógicas sobre si mesmo, que serão futuramente digitalizadas, para usar a expressão de Dretske (1997), e transformadas em representações sobre o 'eu', não significa que o bebê tenha consciência de si como uma agência representacional ou meta-representacional.

O fenômeno apontado pela psicologia do desenvolvimento é que, mesmo que convençionemos que o autoconhecimento seja um conhecimento conceitual do eu e de seus estados, e, portanto, dependente da capacidade de usar símbolos, ele é determinado, em alguma medida, pelo modo como o bebê, desde o nascimento, processa as informações perceptivas que capta de seu ambiente físico e social. Os bebês têm informações que representam, de forma não-conceitual, seus estados mentais e corporais, que alteram as ações do eu, mesmo que não sejam capazes de se representar como possuidor desses estados. Há uma pré-história importante que conduz ao desenvolvimento da perspectiva forte da primeira pessoa. Quando os símbolos linguísticos são adquiridos, a criança já tem uma experiência anterior de pertencimento a um corpo que interage com objetos físicos e corporais. Somente um corpo que tem a experiência prévia de ser um agente no mundo pode vir a 'pensar sobre essa experiência'. Antes mesmo de ter conceitos, o bebê experimenta uma série de interações que fornecem informações, que são representações não-conceituais sobre o eu e seus estados. A perspectiva da primeira pessoa fraca, ainda não objetificada, é um centro de motivação da ação e a criança é capaz de se perceber como esse centro ativo que deflagra ações (E. GIBSON, 1995).

Sendo assim, a autoconsciência não é algo que irrompe automaticamente e simplesmente com a aquisição da linguagem. A capacidade de conceitualização do eu e de fazer referência a si mesmo emerge progressivamente no desenvolvimento. Existem níveis cumulativos que se consolidam a partir de fundamentos ecológicos do sentido implícito do eu e que, progressivamente, se tornam explícitos com a aquisição da linguagem e da capacidade reflexiva. Há uma transição fundamental, pois a forma como vivenciamos as interações pré-conceituais imprimem uma marca no modo como as interações linguísticas serão vivenciadas. Antes de ser capaz de conceptualizar e, portanto, de ter consciência de si como 'eu', ele tem acesso a uma série de informações sobre o 'eu' que é a experiência subjetiva da primeira pessoa. Tem a experiência de ser um agente que controla suas ações, se situa e se diferencia face ao ambiente, o que pode ser evidenciado

por seus comportamentos (imitação, protoconversações, ajustes corporais, localização em relação a outros objetos). O bebê que chora ou grita, ou aponta na presença de dor pode ser dito apresentar um ‘marcador de perspectiva’, ou seja, experimenta o mundo de sua posição encarnada. Porém, ainda não se concebe como possuidor desse estado, pois é um estado que ainda não foi auto-atribuído. Ainda não tem uma perspectiva de si como um ponto de vista dentre outros.

A criança se torna consciente de si mesmo e de suas próprias experiências quando os conceitos necessários à capacidade de autoconsciência são adquiridos. Sem os conceitos, a criança tem a experiência autoperceptiva, mas não tem recursos para compreender ou conhecer o que é estar consciente de si. A autoconsciência emerge a partir da aquisição do conceito de representação e referência de si. Se Baker e Dretske têm razão (e acredito que tenham), não é possível falar de objetificação do eu antes da emergência da capacidade de conceptualização do eu. A conceptualização do eu se expressa pela capacidade de fazer referência a si mesmo, seja por gestos, símbolos, palavras ou frases.

A perspectiva forte da primeira pessoa fornece a capacidade de pensar em nós mesmos de uma forma única, “de dentro”. Não pensamos em nós mesmos como um objeto ou uma entidade ‘*self*’, como um corpo ou um eu desencarnado a ser introspectado. O ‘eu’ não se refere a uma entidade, a qual tenho acesso direto, refere-se à pessoa em sua “concretude corporal”. Parafraseando Baker (1998), referir-me a mim mesma pelo pronome ‘eu’ não é diferente de referir-me à pessoa Cláudia. O que é particular acerca do ‘eu’ é que nos referimos a nós mesmos de um modo que os outros não podem, **de dentro**. Essa capacidade de pensarmos em nós mesmos ‘de dentro’ é a capacidade introspectiva presente na autoconsciência reflexiva¹⁵.

Referências

BAKER, Lynne Rudder. The first-person perspective: a test for naturalism. **American Philosophical Quarterly**, oct 1998, p. 327 (1).

BUTTERWORTH, George. Self as Object of Consciousness. In: ROCHAT, Philippe. **The self in infancy: theory and research**, Amsterdam: Elsevier, 1995.

CHALMERS, David, Facing up to the problem of consciousness, **Journal of Consciousness Studies**, 2(3), p. 200-19, 1995.

¹⁵ Para uma análise dos processos mentais que caracterizam a autoconsciência e o autoconhecimento ver Passos-Ferreira (2006).

- COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura**. Corpo e consumismo na moral do espetáculo, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- DRETSKE, Fred. **Naturalizing the mind**, Cambridge: MIT Press, 1997.
- FONAGY, Peter et al. **Affect regulation, mentalization and the development of the self**. London: Karnac, 2005.
- GALLUP, Gordon, Jr. Self-Recognition in primates: A comparative approach to the bidirectional properties of consciousness. **American Psychologist**, 32, p. 329-38, 1977.
- GIBSON, Eleanor & PICK, Anne. **An ecological approach to perceptual learning and development**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GIBSON, Eleanor. Are We Automata? In: ROCHAT, Philippe (Ed.). **The self in infancy: theory and research**. Amsterdam: Elsevier, 1995.
- GIBSON, James. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton-Mifflin; reprinted, 1986.
- JONES, Doug. Evolutionary Psychology, **Annu. Rev. Anthropology**, 1999, 28:553-75.
- KRIEGEL, Uriah. Naturalizing Subjective Character. **Philosophy and Phenomenological Research**, 71, 2005, p. 23-57.
- MELTZOFF, Andrew & MOORE, M. Keith. A theory of the role of imitation in the emergence of self. In: ROCHAT, Philippe (Ed.). **The self in infancy**. Amsterdam: Elsevier, 1995.
- NAGEL, Thomas. What's Like to Be a Bat? In: NAGEL, Thomas. **Mortal questions**. Cambridge University Press, 1992.
- NEISSER, Ulric. Five kinds of self-knowledge. **Philosophical Psychology** 1, 35-59, 1988.
- PASSOS-FERREIRA, Cláudia. **As origens da interioridade: autoconhecimento e externalismo**, 2006. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PASSOS-FERREIRA, Claudia. Além das fronteiras da consciência: o self externalizado em Winnicott e Dennett. In: BENILTON BEZERRA JR, Francisco Ortega (Ed.). **Winnicott e seus intercessores**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- PASSOS-FERREIRA, Claudia. O Desenvolvimento da Autoconsciência em Bebês. In: **Nascimento: antes e depois. Cuidados em rede**. ed. Curitiba: Honoris Causa, 2010. p. 133-44.

PASSOS-FERREIRA, Claudia. Os Processos Imitativos e a Emergência do Eu. **Polemica**, v.10, p. 613-23, 2011.

PASSOS-FERREIRA, Claudia. Intersubjetividade e autoconsciência. In: **Dimensões da intersubjetividade**. 1ed. São Paulo: Escuta, 2012. p. 163-79.

PASSOS-FERREIRA, Claudia, **As origens da interioridade**, no prelo.

PITT, David. Mental Representation. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2022 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (Eds.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/mental-representation/>.

ROCHAT, Philippe. Naissance de la co-conscience. **Intellectica**, 2002/1, 34, p. 99-123.

ROCHAT, Philippe. Five levels of self-awareness as they unfold early in life. **Consciousness and Cognition**, 12, 2003, p. 717-31.

ROCHAT, Philippe. **The infant's world**. New York: Harvard University Press, 2004.

ROCHAT, Philippe & HESPOS, S. J. Differential rooting response by neonates: evidence for an early sense of self. **Early development and parenting**, 6(2), 150.1–150.8. 1997.

ROCHAT, Philippe & STRIANO, Tricia. Perceived self in infancy. In **Infant Behavior and Development**, 23, 2000, p. 513-30.

SELLARS, Wilfrid. **Empiricism and philosophy of mind**. Harvard University Press, 1997.

TOMASELLO, Michael. Understanding the Self as Social Agent. In: ROCHAT, Philippe (Ed). **The self in infancy**. Amsterdam: Elsevier, 1995.

TOMASELLO, Michael & CALL, J. **Primate cognition**. New York: Oxford University Press, 1997.



